

MODERNIDADE URBANA E DOMINAÇÃO DA NATUREZA: O SANEAMENTO DE PELOTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Paulo Roberto Rodrigues Soares

INTRODUÇÃO

O quartel final do século XIX foi pródigo em câmbios econômicos, sociais e tecnológicos em escala planetária. Nesse período, conhecido como de transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista e da expansão mundial do capital, produziram-se substanciais transformações na organização do território. As cidades também suportaram significativas mudanças em seu espaço interior, sobretudo aquelas que experimentaram processos dinâmicos de industrialização. Todas essas mudanças, de uma forma ou de outra, repercutiram no pensamento e na produção de idéias, incluso nas idéias de organização da sociedade. No planejamento urbano, esse período é o de definição da disciplina urbanística, que, por sua vez, esteve bastante influenciada tanto pelos movimentos utópicos de reforma social como pelo pensamento higienista (Choay, 1992).

Na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, o pensamento higienista foi difundido a partir das discussões sobre o saneamento da cidade, debate iniciado justamente na transição do final do século XIX e início do século XX. Inicialmente divulgado pelos discursos de técnicos municipais e políticos, tendo como base a problemática sanitária da cidade, que se industrializava e crescia em importância econômica e complexidade social, a questão foi avançando até envolver aquele que foi o maior engenheiro sanitarista brasileiro, Francisco Saturnino de Brito, que, no final da década de 1920, realizou a fase final do plano de melhoramentos e saneamento da cidade, projetando sua expansão urbana posterior.

No presente artigo, trataremos do saneamento da cidade de Pelotas, relacionando-o tanto com a difusão do pensamento higienista no Bra-

Paulo Roberto Rodrigues Soares é professor assistente de Geografia Humana na Universidade Federal do Rio Grande, doutorando em Geografia Humana na Universidade de Barcelona e bolsista BEX-Capes.

sil como com o que convencionamos chamar de implantação da modernidade urbana. Nosso texto pretende caracterizar as iniciativas realizadas no saneamento da cidade, abordando algumas questões sobre a circulação e difusão de idéias que acompanham outros movimentos de expansão planetária, como o movimento de expansão do capital. Pelotas, na década de 1880, era o centro de uma região produtiva inserida nos fluxos internacionais de circulação de capital. A cidade estava recebendo, naqueles momentos, o ferrocarril, o telefone, a indústria, quase simultaneamente à expansão mundial dessas inovações, enquanto as estruturas sociais locais viviam ainda timidamente a transição de uma sociedade escravista rumo às relações sociais tipicamente capitalistas.

Este quadro de ritmos desiguais de desenvolvimento econômico e social foi possível porque a elite local, que foi caracterizada como uma aristocracia ilustrada e extravagante (*tall aristocracy*) com uma base de exploração escravista (Bells, 1993, p.399-411), estava atenta às modas e idéias mundiais e importou os conceitos higienistas para o sul do Rio Grande do Sul, uma sociedade urbana ainda em gestação. Trata-se, na nossa visão, de uma singular combinação de pensamento avançado e práticas sociais atrasadas que pode tão bem caracterizar, por extensão, a sociedade brasileira em geral, como já sugeriram outras análises.

Partimos do planteamento de que, nas sociedades consideradas periféricas, os processos sociais se produzem de maneira similar às sociedades avançadas, existindo, entretanto, diferenças quanto à sua extensão e repercussão social; quer dizer, desde a expansão internacional do capital, os espaços mundiais estão imbricados em um amplo movimento histórico e geográfico, que, não obstante sua força globalizante, guarda matizes demarcados pelas estruturas locais. Na cidade de Pelotas, o processo de discussão e de implantação das infra-estruturas e leis de saneamento apresentou notáveis semelhanças com o realizado em outras cidades importantes, inclusive européias.¹ Esse fato nos indica que, nas primeiras décadas do século XX, mesmo no extremo sul do Rio Grande do Sul, era possível encontrar elementos da modernidade urbana que se implantava nos centros mundiais.

Como em outras cidades do Brasil, o progresso e o crescimento urbano acelerado praticamente obrigaram a realização de obras de maior envergadura no tecido urbano pelotense. O triunfo dos postulados positivistas de ordem e progresso, com a proclamação da República, foi o sinal da abertura definitiva do caminho para a penetração social das idéias higienistas. Evidentemente, a repercussão foi maior nos espaços considerados mais conflitivos e onde a vida social do País ocorria com mais

intensidade e complexidade, como nos centros industriais, nas cidades portuárias e nas capitais dos estados da federação. Como apontou Pesa-vento (p.8), “associado com a modernidade, o fenômeno urbano, marcado como foi pela grande densidade populacional, trouxe à baila problemas até então não vivenciados historicamente”.

As “reformas urbanas” realizadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX podem ser caracterizadas, por fim, como operações radicais de superação da forma urbana colonial e de produção da forma urbana capitalista nas cidades brasileiras, ou, ainda, como mais um exemplo de imposição autoritária da modernidade, como já havia ocorrido em outras cidades mundiais.² Descreveremos, a seguir, algumas características desse processo na cidade de Pelotas.

A CIDADE DE PELOTAS NA TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

A cidade de Pelotas, em 1880, era um próspero centro de produção e exportação de carne salgada (o charque), atividade iniciada na região no final do século XVIII. A cidade foi fundada pela elite terratenente e produtora na segunda década do século XIX e teve seu período de maior expansão entre os anos de 1860 e 1890, quando se produziram importantes câmbios na sua morfologia urbana e nas suas estruturas econômicas e sociais. Nos referimos ao processo de diversificação industrial produzido pelo avanço tecnológico que permitiu o aproveitamento dos subprodutos da atividade produtiva principal.³ Dessa forma, implantaram-se na cidade novas indústrias (muitas de capital imigrante), que atraíram população e geraram, ao mesmo tempo, novas atividades comerciais e de serviços. A estrutura territorial se caracterizava pela concentração do capital comercial e industrial em um centro regional rodeado por zonas rurais que lhe forneciam matérias-primas, alimentos e força de trabalho, além de constituírem-se no seu mais imediato mercado consumidor, uma estrutura típica do capitalismo do final da fase concorrencial (Soja, 1993, p.199).

O principal traço da morfologia urbana de Pelotas era o desenho de suas largas ruas, um extenso “tabuleiro de xadrez” situado na porção mais elevada de uma planície limitada ao sul, a leste e a oeste por três importantes cursos de água. O traçado euclidiano-cartesiano, de ângulos perfeitos da quadrícula, que facilita a transformação da terra urbana em mercadoria, representava também um ideal de racionalidade e modernidade de uma classe social que ergueu uma cidade onde os ventos do sul sopravam com força, anunciando a proximidade com a imensi-

dão verde do pampa. A cidade tornou-se moderna pela cultura urbana das letras e das artes que praticavam os filhos das famílias abastadas e com o sentido positivista da “ordem” na normatização autocrática do espaço urbano de uma das poucas cidades gaúchas que – na representação espacial do princípio liberal-revolucionário da separação entre a Igreja e o Estado – manteve, no seu plano urbano, a Matriz (sede do “poder divino”) afastada da “plaza” central (sede do poder secular). No cotidiano da cidade na época, podemos encontrar várias manifestações daquilo que Roncayolo (1990, p.73) chama de “cultura urbana”, na qual estariam interligados ambiente, modo de vida e comportamentos.

Todavia, Pelotas era também uma cidade de modernidade aparente e incompleta, onde o sustento do fausto da frondosa arquitetura dos palacetes e dos teatros era a crueldade e a desumanidade da escravidão das charqueadas; assim como na cidade os pobres estavam segregados nas várzeas, nas baixadas e nos subúrbios. Cabeça “na Europa”, mãos na chibata: assim viviam os baronetes pelotenses. A modernidade aparente atravessou o início do século XX com as obras do porto, a chegada do telefone, os bondes, as caixas d’água, os chafarizes importados da França e as reformas dos jardins e praças do centro da cidade.

A história do saneamento da cidade pode ser contada, também, como a história da dominação da natureza pela sociedade, com sucessivas intervenções no sítio urbano, aniquilando as barreiras para sua expansão e, principalmente, para a correção do terreno da área central. O clima extremamente úmido durante o ano (sobretudo no inverno) e a abundância de águas circundantes engendraram uma série de ações contra as águas paradas, vistas, então, como a causa principal das enfermidades, por serem as fontes dos *miasmas*. Outra questão importante era a dos resíduos gerados pelas matanças de gado nas charqueadas (sangue, graxas, ossos, vísceras) que atraíam insetos, ratos e urubus e provocavam odores insuportáveis durante o verão.

O SANEAMENTO DA CIDADE DE PELOTAS

A questão do saneamento de Pelotas ganhou importância a partir da epidemia da cólera-morbo ocorrida no ano de 1855. O flagelo iniciou-se pelas charqueadas, onde as condições de higiene dos escravos eram mínimas, e rapidamente se propagou para a cidade (então com cerca de 7 mil habitantes) através dos cursos d’água. A consequência principal dessa epidemia foi a construção do novo cemitério, distante do centro,

que, combinada com um maior controle da origem dos alimentos consumidos, com a centralização das matanças e do abastecimento em equipamentos públicos (Matadouro e Mercado), constituíram o que podemos denominar de “antecedentes higiênicos” na cidade.

Sem embargo, conjuntamente com o saneamento físico, temos que nos referir ao que Capel e Tatjer (1991, p.233-246) consideraram como o “saneamento social” da cidade. Entre essas operações, podemos citar, primeiramente, a construção do Parque Souza Soares (1883), que foi o principal ponto de recreio e ócio da população pelotense. Estava situado numa área particular, porém era permitido o livre acesso ao público “sem distinção de classes”; o Parque Pelotense, como também foi chamado, como lugar de reunião da população da cidade, cumpriu diversas funções, sobretudo sociais: enquanto permitia à burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes sociais, também se constituía num fator de controle social, pois a população trabalhadora era (segundo se pode ler nos jornais da época) “educada através dos hábitos higiênicos e polidos dos mais ricos”.⁴

Outras iniciativas de saneamento social têm relação com a assistência dispensada aos grupos sociais considerados vulneráveis às vicissitudes da sociedade capitalista, ou mais permeáveis a comportamentos sociais considerados indesejáveis. A modo de exemplo, temos a construção de hospitais (Santa Casa, Beneficência Portuguesa) e asilos, a ação das “Damas de Caridade” (que ajudavam as mães pobres nos bairros e vilas marginais) e a introdução do culto aos desportos, com a função quase explícita de controle social.

O período em que nos situamos é o da efetiva industrialização da cidade. Implantaram-se fábricas que atraíram população ao centro urbano. Ao mesmo tempo, a abolição da escravidão e o progresso técnico do charqueio liberaram a força de trabalho que vivia nas estâncias e charqueadas. É nesse momento que se instalam, ou ampliam suas instalações, a Fábrica Lang (fundada em 1865), de sabões e velas; o Engenho de Arroz do Coronel Pedro Osório; a Fábrica Rheingantz (de chapéus); as cervejarias Haertel e Ritter (de 1880 e 1890, respectivamente); e a fábrica Fiação e Tecidos Pelotense (construída entre 1908 e 1910), que começou suas atividades com 208 empregados e chegou a 600 operários em poucos anos (Osório, 1922). Essas eram as principais indústrias da cidade, às quais devemos adicionar as charqueadas que resistiam, os frigoríficos que começavam a ser implantados e outro grande número de empresas menores que formavam parte da estrutura de um dos mais importantes centros industriais do Estado.

Tal transformação impôs uma nova matriz social. A racionalidade industrial se aplicou a toda a sociedade e ao espaço. Contudo, a disciplina da fábrica era distinta à ditada aos escravos no campo. A vida na fábrica impõe um novo modo de vida, no qual os ritmos do cotidiano se diferenciam cada vez mais dos ritmos determinados pela natureza, que caracterizavam a vida rural anterior dos habitantes que agora estavam no espaço urbano. Não obstante a disciplinação da força de trabalho, a elite local já tinha consciência dos conflitos sociais gerados pela concentração do proletariado industrial em espaços determinados da cidade. Desta forma, podemos notar que a ação do poder público com relação à higiene, além da função de defender a salubridade da população, dirigia-se, sobretudo, a manter a estabilidade social.

O DESENVOLVIMENTO DAS REGRAS HIGIÊNICAS NA CIDADE

Foi nesse contexto que avançou, no século XX, a questão do higienismo na cidade de Pelotas. No ano de 1910, o município contava com 62 mil habitantes e a urbe mais de 36 mil habitantes. O crescimento urbano impulsionou as discussões sobre o saneamento da cidade, dando ênfase à questão dos arroios que cruzavam o casco urbano e ao traçado quadriculado da cidade, que dificultava a “circulação e purificação do ar”, à questão da habitação da população proletária e à necessidade de dotar a cidade de instrumentos mais eficientes e eficazes de controle das condições de salubridade de sua população.

O Conselho Municipal (à época, o órgão administrativo do município) começou a atuar mais significativamente na questão higiênica da cidade no final da década de 1870.⁵ Em 1878, aprovou os artigos das posturas municipais que proibiam verter matérias fecais e águas residuais nas ruas, praças e pátios, ou em lugares não designados para tal fim.

Um marco da atuação higienista na cidade foi a instituição de inspeções das condições de salubridade das casas. Em janeiro de 1881, começaram a ocorrer as chamadas *visitas higiênicas* a domicílios particulares e casas de negócios. Tal medida levou o jornal *Correio Mercantil* a anunciar o fato – que era “quase secreto” –, para que todos os cidadãos “mantivessem suas casas, pátios e quintais no melhor asseio possível, a fim de evitar as multas”.⁶ Como se pode observar, a adoção da higiene como norma de conduta urbana não se realizou sem a oposição de importantes setores sociais. Nesse mesmo ano, os vereadores vetaram a construção de “corredores de casas” na área central da cidade, situação que foi ampliada

em 1882, com a adoção de um padrão de edificação apresentado pelo engenheiro municipal, que especificava a altura dos edifícios, assim como a altura e a largura de portas e janelas no centro e na zona do porto.⁷

O *Código de Posturas* de 1885 determinava uma série de regras de urbanidade que deviam ser seguidas pelos habitantes da cidade. Entre elas, destacamos a obrigação da construção de calçadas no centro urbano e as que regulamentavam o transporte de leite, bem como as que introduziram a proibição de manter animais domésticos abandonados nas ruas. Nesse período, começa o controle da mortalidade no município por parte do governo municipal. Todas as estatísticas de mortalidade (idade dos mortos, causas dos falecimentos) passaram a ser registradas e controladas.

Já no século XX, em 1913, a cidade recebeu um amplo “Regulamento Sanitário”, que foi ampliado, em 1915, pelo novo Código de Construções e Reconstruções, outorgado por ocasião da instalação da rede de esgotos da cidade. O regulamento ditava as regras e obrigava as construções higiênicas em toda a área do centro urbano, determinando que as casas situadas dentro do perímetro de esgotos estabelecessem canalizações internas para conexão com a rede geral. Também foram proibidas as plantas de conjuntos de casas (“corredores” ou “tiras de casas”), obrigando cada habitação a dispor de uma planta.⁸

O código estabeleceu, ainda, rígidas penas pela má execução dos serviços domiciliares de instalações sanitárias, pela manutenção de ligações clandestinas e a derivação de águas pluviais e outros líquidos para o esgoto sanitário. Os grupos de casas e as vilas operárias deveriam ter coletores gerais, que receberiam o material dos coletores privados. Os mesmos ficavam obrigados a ter os aparelhos sanitários (banheiros, privadas, tanques) disponíveis para cada família, o que era de difícil fiscalização, dados os problemas já existentes. Todavia, a simples existência de uma legislação detalhada, a exemplo de outras cidades maiores, já indica a intenção de implantar a modernidade urbana na cidade também pela via do saneamento.

O Código de Construções manifestava a necessidade de regulamentação da produção da cidade, num momento de notável incremento populacional, e o conseqüente aumento da edificação, que densificava a aglomeração em torno da área central. O número de novas construções passou de 81, em 1911, a 190, em 1912, e a 291, em 1913. A conjuntura exigia um código rígido para satisfazer “os altos interesses da higiene e da segurança” uma vez que, segundo o intendente municipal, “a legislação vigente [carecia] de disposições especiais que [dotassem] as habitações de conforto, higiene e segurança”.⁹

O poder público municipal combatia a mortalidade com medidas de saneamento e campanhas de vacinação. As vacinas eram importadas dos principais institutos de higiene do Brasil: o Oswaldo Cruz e o Instituto Vacinogênico de São Paulo (Instituto Butantan). Entretanto, a mortalidade na cidade mostrava-se elevada, mantendo-se numa média de 1.500 pessoas por ano. A diminuição mais significativa ocorreu a partir do funcionamento pleno da rede de esgotos na área central (1915), mas a queda foi interrompida com a epidemia de gripe espanhola (1918).

Neste último ano, foi criado o Instituto Municipal de Higiene, o primeiro do Rio Grande do Sul e da Região Sul do Brasil. Entre suas funções estava o controle de enfermidades, realizando exames clínicos e organizando campanhas de vacinação, assim como a própria produção de vacinas. Dividia-se nas seções de microbiologia, antivaríola, de répteis venenosos, anti-rábica e veterinária. Seus principais quadros técnicos realizavam cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos e França (no Instituto Pasteur). Estava relacionado com os dois principais institutos de higiene do Brasil, de onde provinham os técnicos. Era uma instituição dedicada à investigação e, através da figura de Octavio Magalhães, produziu uma série de monografias sobre o estado das enfermidades infecciosas na cidade e regulamentos, como o de gêneros alimentícios, o de assistência pública, o da polícia sanitária e o de higiene das habitações. Podemos afirmar que o Instituto foi o principal formulador da política de higiene na cidade, assim como o principal divulgador das idéias higienistas.

A construção do Pavilhão de Tuberculosos da Santa Casa (1921) foi realizada pela prefeitura como consequência de uma instrução do Instituto de Higiene. Quanto à higiene sanitária, seus funcionários atuavam na melhoria das condições de moradia da classe trabalhadora da cidade, combatendo a existência de edifícios em péssimo estado de conservação, as habitações coletivas e casas de madeira, sobretudo no interior da área de esgoto, que deveria, em hipótese, ser a porção “salubre” da cidade.

Em setembro de 1918, o intendente Cypriano Barcellos recomendava, em seu relatório apresentado ao Conselho Municipal, “o cuidadoso saneamento dos centros populosos pelo estabelecimento de perfeitos serviços de água e esgoto e pela execução de um plano de construção de moradias higiênicas com acesso à vias públicas amplas e cheias de ar, luz e sol.”¹⁰

Entretanto, nesse mesmo ano, produziu-se um duro golpe nas condições de saúde dos moradores da cidade: a gripe espanhola, que afetou dois terços da população da cidade. No mês de novembro, as fábricas, oficinas e construções ficaram paralisadas. Cines e casas de diversão cerraram suas portas. Clubes, casas de jogo, pensões de artistas e prostíbu-

los perderam sua clientela habitual. Aparte farmácias e casas funerárias, os únicos pontos com movimento na cidade eram o Mercado Público e a prefeitura (de onde se anunciava o número de mortes do dia). É o que podemos notar nesta descrição da vida cotidiana da cidade naqueles dias:

com quase todas as casas de comércio fechadas, as portas das casas de família eram o reflexo do sobressalto, do pavor que ia pelo ânimo dos vizinhos, pois havendo em todos os lares enfermos que inspiravam cuidados, era de apreensão contínua a atmosfera que se respirava, pois ninguém podia julgar-se seguro ou contar com imunidade.¹¹

A cidade necessitava de ações mais eficazes com relação a seu saneamento e higiene.

O SANEAMENTO FÍSICO DA CIDADE

Em 1927, Francisco Saturnino de Brito (1944a, p.24) afirmou que “foi Pelotas [...] a primeira cidade do Rio Grande do Sul que construiu serviços completos e satisfatórios de abastecimento de água e esgoto”.

Sem embargo, os projetos para dotar a cidade de uma moderna rede de esgotos são bem anteriores. Em 1887, o engenheiro civil da Escola de Pontes e Caminhos de Paris, Gregório Hoywan, apresentou o primeiro *Plano de Saneamento da Cidade de Pelotas* ao Conselho Municipal. Sua exposição de motivos indicava que o problema consistia em fazer desaparecer “as consequências nocivas da aglomeração de um considerável número de indivíduos em um mesmo ponto do território”, e que isso se conseguia com o combate das causas das moléstias: os *miasmas* das regiões palustres. O objetivo principal de seu plano era a ausência completa dos *miasmas* ou olores desagradáveis e prejudiciais, com a remoção das matérias fecais, impedindo sua acumulação. O projeto inicial de Hoywan foi modificado em 1901 pelo engenheiro municipal Alfredo Lisboa, que realizou alterações de ordem técnica e econômica, projetando definitivamente os serviços de água e esgoto, adotando um sistema distinto do preconizado em 1887, sendo aprovado o sistema de “separador absoluto”.¹²

A rede de esgoto iniciou seu funcionamento em setembro de 1914. A extensão total da rede de coletores era de 41,7 quilômetros. No total, as canalizações perfaziam 51,1 quilômetros. O esgoto atendia a área central, representada pelas ruas do núcleo inicial e dos primeiros loteamen-

tos da cidade. Era a área com maior densidade de ocupação. O número de edifícios conectados à rede de esgoto era de 4.738, e o projeto contemplava, ainda, áreas de expansão para o porto e a várzea do arroio Santa Bárbara. O lançamento dos resíduos era realizado *in natura* no canal de São Gonçalo, através de dois emissários: um próximo do porto e o segundo na desembocadura do arroio Santa Bárbara.

A prefeitura promoveu também a construção de banheiros públicos nos pontos de maior concentração da cidade (as praças, o mercado central e o porto). Contudo, num exemplo de que as políticas de saneamento estavam voltadas para a área de residência da elite da cidade, as edificações fora da zona da rede de esgotos continuavam sendo atendidas pelo arcaico e “anti-higiênico” sistema de coleta dos materiais fecais através de cubos, realizado pelo Serviço Municipal de Asseio Público.

Quanto ao abastecimento de água potável para a população, o reservatório principal situava-se no centro da cidade. Tratava-se de um grande reservatório de ferro, trazido da França em 1871, com capacidade de armazenar a água consumida em dez dias pela população da cidade.

A rede de escoamento das águas pluviais foi projetada em 1910 pelo mesmo engenheiro Alfredo Lisboa, embora o projeto não tenha sido aplicado dado seu custo elevado. Assim, o plano de uma rede específica para as águas pluviais foi substituído por planos de regularização e saneamento dos arroios Pepino e Santa Bárbara “desaguadouros naturais das águas das chuvas para o canal de São Gonçalo”.¹³ Desse modo, em 1915, foi realizada a retificação e a canalização do arroio Pepino, com a construção de uma avenida marginal ao mesmo. Simultaneamente, o plano realizou a drenagem da zona baixa da cidade (a do Bairro da Várzea), que, por estar no mesmo nível do canal de São Gonçalo, estava “sempre inundada” e era considerada “um foco permanente de proliferação de mosquitos”.

A expansão do esgoto se deu primeiramente rumo ao norte (Bairro da Luz) e a leste (a Várzea), numa área total de 196 hectares. A transformação do atracadouro num moderno porto implicou a terraplenagem dos pântanos do extremo sul da área urbana junto à foz do arroio Santa Bárbara, adicionando ao sítio urbano 22,5 hectares de terras passíveis de serem ocupadas. Desta maneira, as obras que visavam o saneamento também serviam para a produção de solo urbanizável na cidade, o que era plenamente aceito pelos proprietários de terras e construtores, pois nos encontramos num momento em que o próprio espaço urbano tornava-se um vetor a mais de acumulação para o capital. A prefeitura admitia a situação, afirmando que, facilitando a extensão da cidade, “cooperava materialmente para a valorização de terrenos limítrofes” às novas áreas.¹⁴

AS IDÉIAS HIGIENISTAS NA CIDADE

Através dos técnicos da seção de higiene do município, as idéias higienistas tiveram ampla difusão na cidade de Pelotas. Como exemplo, podemos nos referir à “comemoração cívica” em homenagem a Oswaldo Cruz, realizada em 1916. No discurso do engenheiro chefe da Diretoria de Higiene, podemos ler com clareza a influência do pensamento médico na descrição da cidade. Uma influência ainda comum nos tratados urbanísticos da época, embora, com o passar dos anos, se note a paulatina conquista de hegemonia da corporação dos engenheiros (e, posteriormente, dos arquitetos) no tratamento das questões urbanísticas. Dizia assim Octacílio Pereira, após enumerar os feitos da sua diretoria:

Desta forma Pelotas vai sendo saneada, vitalizada, recebendo pela rede hidráulica, que é o sistema arterial das cidades, o sangue puro e vivificante para distribuir-lo por todas as partes para os diferentes menesteres domésticos e industriais e expelindo pela rede de esgotos, que é o sistema venoso das cidades, o sangue viciado e impuro e que não serve à vida das populações e deve ser arrojado para longe.¹⁵

Uma das ações de maior controle social levadas a cabo era a imposição da desinfecção das casas (inclusive das roupas e utensílios domésticos) nas quais se produziam óbitos por enfermidades contagiosas. A intervenção, dado seu custo e impopularidade, foi sendo paulatinamente abolida, permanecendo, todavia, a obrigatoriedade de notificação ao serviço de higiene e a sua realização como serviço particular. A notificação de doenças era rigidamente fiscalizada pela Polícia Administrativa, “autoridade de higiene” da cidade, que possuía a prerrogativa de entrar nas casas consideradas “focos de insalubridade”. Evidentemente, tratava-se de fiscalizar as moradias da população mais pobre, o que tornava a questão do saneamento essencialmente uma questão de polícia e repressão social.

A estrutura higiênica do município contava com o Gabinete de Identificação e a Polícia Administrativa, que eram, em suma, os responsáveis pelo controle e pela manutenção da ordem social. Os mesmos órgãos realizavam o registro permanente das detenções na cidade, classificando o tipo (desordens, vadiagem, embriaguez, assaltos, roubos) e as características dos infratores (cor da pele, idade, sexo, nacionalidade). Seu efetivo era de 145 guardas para uma população de 40 mil habitantes. As estatísticas eram publicadas anualmente nos relatórios da inten-

dência. O controle e a vigilância da chegada de pessoas na cidade pela estação de trens e no porto também eram atribuições desses órgãos. No caso de ser detectada alguma doença (ou suspeita de enfermidade), o migrante era recolhido à Enfermaria de Isolamento do Instituto de Higiene até ser constatada sua cura. Ao fim e ao cabo, era a polícia sanitária que deveria prevenir e corrigir a falta de higiene em toda a cidade, evitando a manifestação e a propagação de doenças transmissíveis.¹⁶

O comércio de gêneros alimentícios (principalmente leite e carne) era controlado pela Diretoria de Higiene, através de seções específicas. A mesma controlava as matanças no matadouro municipal, com análises realizadas pela Faculdade de Veterinária e com a atividade do posto zootécnico que controlava a entrada de animais nos rebanhos do município. O forno de incinerações cremava os animais vadios e diagnosticados como doentes, bem como o lixo produzido na cidade (cerca de dezenove toneladas por dia). Por fim, o *Boletim Demográfico e Sanitário* publicava mensalmente todas as estatísticas de saúde e higiene produzidas na cidade.¹⁷

Na década de 1920, a municipalidade, utilizando-se do Código de Construções, dizia possibilitar que os trabalhadores e operários tivessem uma vida com “todas as condições higiênicas”. Competiria à intendência e à própria legislação instituída na cidade “pôr termo às construções antigas”, que “traziam a infelicidade aos lares em vez de serem abrigos para a organização de famílias sanas”. Para atingir esse objetivo, o poder público municipal esforçou-se em “promover a moradia salubre”, permitindo a construção de “casas baratas regulamentadas”, beneficiando a cidade desde o ponto de vista “higiênico, social e arquitetônico”. A modo de exemplo do tipo de casa e da localização “desejável” para a classe operária pelotense, projetou-se um conjunto habitacional ideal para as famílias de trabalhadores. O município construiu uma “Vila Operária” modelo no distante subúrbio do Capão do Leão: “um bairro higiênico de aspecto agradável, com banheiros públicos, escola e serviços essenciais”.¹⁸ É evidente que a prevenção de situações de subversão social estava subjacente nesta política de construção de casas para os operários.

A questão da moradia foi a principal ação higiênica e social do prefeito coronel Pedro Osório. Ao mesmo tempo em que promoveu a moradia saudável, incentivou a organização de sociedades construtoras de moradias por particulares e eximiu de impostos municipais as indústrias que promovessem moradias para seus trabalhadores. É destacável a afirmação do prefeito: “os regulamentos de higiene colocados em marcha [em Pelotas] estão induzindo a população à práticas de verdadeiras regras de *eugenesia*”.¹⁹

A QUESTÃO DAS ÁGUAS: A PROBLEMÁTICA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Não obstante a aplicação da legislação higiênica, persistiam os problemas de salubridade na cidade. Como se pode observar nas discussões da época, nem todos os regulamentos ditados foram aceitos pela população. Dos pontos-chave da legislação, as questões das águas e de moradia eram as mais descuidadas.

No informe de 1916, o engenheiro chefe solicitou um castigo severo para os que contaminavam as águas do arroio Santa Bárbara, todos identificados pela Diretoria de Higiene, e entre os quais encontramos treze fábricas (seis curtumes), o Matadouro Público e “dezenas de casas e cortiços”, o que confirma que, enquanto a ideologia oficial defendia os preceitos higiênicos, os interesses econômicos de uma parcela da elite da cidade se sobrepunham ao discurso científico.

Foi uma reação dos técnicos contra “o miserável estado sanitário do Arroio Santa Bárbara”, considerado como uma “verdadeira cloaca suja de toda sorte de despejos de casas particulares e de fábricas”. A legislação higiênica pouco estava sendo cumprida na cidade. A Diretoria de Higiene alertava que “tal situação se fosse mantida se converteria cada vez mais em uma severa ameaça a saúde pública”, pois o arroio já estava perdendo “o volume de águas que incrementava sua descarga e aumentava sua velocidade”.²⁰

Os recipientes administrados pela Secção de Asseio da prefeitura não eram utilizados pela população, que estabelecia suas latrinas diretamente nas margens do arroio. O informe do Serviço de Higiene reagiu com severidade a tal fato, afirmando que

*as águas contaminadas e podres do Santa Bárbara levaram resíduos em decomposição e as substâncias fétidas ficaram depositadas no leito do arroio e expelem odores insuportáveis que afetam o ambiente, expulsando miasmas e contribuindo para estabelecer um estado higiênico intolerável em seu entorno.*²¹

O Relatório da Intendência de 1922 também se referia à questão das águas, afirmando que “Pelotas não pode permanecer com um lençol tão extenso de águas paradas ou terrenos encharcados em suas cercanias durante boa parte do ano”. A prefeitura atuava melhorando as condições dos arroios, prolongando avenidas e construindo novos canais para a drenagem das águas. Justificava sua ação pelo crescimento da população e

pela necessidade de “atender por sua segurança, comodidade de circulação e por exigências da higiene pública”.²²

Entretanto, construir uma extensa rede de esgoto supunha, também, a higiene geral das casas, produzida por reformas nas mesmas, assim como por obras para a conexão com a rede principal, o que não era realizado por boa parte dos proprietários.

Quase um decênio depois, a situação continuava sendo preocupante. Em seu relatório do *Saneamento de Pelotas* realizado em 1927, o engenheiro Saturnino de Brito solicitou a imediata regulamentação da servidão ou utilização do Santa Bárbara, que se impunha para sanear o arroio e evitar conseqüências mais graves. A solução final, segundo o informe, somente se daria com a canalização total do curso d'água e a drenagem dos “terrenos inúteis” de sua planície, que se fariam valiosos e utilizáveis comercialmente pela municipalidade (Brito, 1927, p.83).

Os problemas de salubridade que persistiam na cidade, segundo Saturnino de Brito, produziam-se pelas obras de saneamento necessárias que ficaram incompletas ou que não acompanharam seu ritmo acelerado de crescimento. Baseado em um informe publicado no jornal *Diário Popular* em 1925, pelo prefeito Augusto Simões Lopes, identificavam-se os problemas sanitários que ainda geravam situações de insalubridade, como a falta de esgoto sanitário em parte significativa do núcleo urbano, a falta de saneamento das águas da chuva ou paradas e a presença de indústrias (matadouros, curtumes) que lançavam seus resíduos diretamente nos curso de água. Para combater esses problemas, era necessário reforçar as medidas de polícia sanitária e realizar obras de expansão da rede de esgoto e de água potável, o tratamento dos materiais fecais e seu lançamento em um ponto mais distante da cidade assim como a total limpeza e drenagem dos pântanos (p.29-30).

Sua maior preocupação estava relacionada com a situação do arroio Santa Bárbara, dado seu avançado estado de contaminação. Saturnino de Brito se queixava de que a cidade crescia de costas ao arroio, transformando o mesmo em uma verdadeira “cloaca urbana”. Como solução, propunha a interrupção imediata da contaminação e a reserva de uma área de vinte metros de largura entre o leito e as construções, incluindo as avenidas marginais que deveriam ser construídas. As propostas de Saturnino não se realizaram e a questão do Santa Bárbara só seria solucionada muitos anos depois.

Duas obras destacam, em especial, o legado de Saturnino de Brito para o saneamento da cidade. Primeiro a planificação e execução de um amplo sistema de abastecimento de águas para toda a urbe, com a cons-

trução de novos depósitos nos extremos sul e norte da área urbana (as áreas de expansão da cidade naquele momento); depois, a construção do canaleta nas ruas Marechal Deodoro e Argolo, que solucionou o problema das cheias que afetavam a parte das ruas centrais da cidade.

Anteriormente, o município havia solicitado a realização de um amplo projeto de expansão urbana ao arquiteto Fernando Rullman, que realizou o “Plano Geral de Pelotas” e o “Esboço do Projeto de Ampliação de Pelotas” (publicados no Relatório da Intendência de 1924), nos quais combinava o desenho de uma cidade rigidamente funcional e fortemente segregada socialmente com o discurso da cidade-jardim. Rullman propôs a divisão da cidade em grandes zonas segregadas segundo a classe social: a de moradia dos operários, a de moradia burguesa e a cidade-jardim. Ao mesmo tempo, mantinha as idéias higienistas e propunha a modernização da forma urbana, dizendo que já era “tempo de ir remediando os inconvenientes das quadras antigas, destruindo não somente os imóveis insalubres, como também saneando e embelezando as antigas zonas”.²³

O projeto de Rullman foi adotado parcialmente em alguns bairros novos da cidade, onde se realizou um traçado esboçado no plano. Entretanto, as infra-estruturas que deveriam acompanhar o novo desenho urbano não foram construídas.

Para o Projeto de Saneamento de Pelotas (1926-1928), o engenheiro Saturnino de Brito desenhou um plano de expansão urbana (o “Anteprojeto de extensão da cidade”), menos ambicioso (ou mais realista) que o de Rullman, pois somente projetou algumas ampliações na trama urbana já existente. Nesse projeto, solicitou a mudança no desenho do traçado das ruas, abandonando-se a monotonia do “tabuleiro de xadrez” em favor da adoção das curvas. Para os bairros onde não fosse possível o novo traçado, propunha a construção de *ruas sanitárias* ou de pequenos parques no interior das quadras pouco ocupadas. Para as quadras centrais, propunha a subdivisão das mesmas com a construção das ruas sanitárias, que facilitariam a circulação do ar e, conseqüentemente, a higiene do ambiente. Além disso, planteou a construção de grandes vias de circulação e o desenho de avenidas marginais aos arroios, que, dessa forma, estariam separados das casas e não contaminados, o que permitiria seu saneamento (Brito, 1927, p.26).

A MODO DE CONCLUSÃO

Neste artigo, apresentamos a forma como as idéias higiênicas dos países industrializados do mundo do final do século XIX chegaram e in-

fluenciaram uma cidade do extremo sul do Brasil, na distante periferia do desenvolvimento mundial. Tentamos demonstrar como, na cidade de Pelotas, a elite dominante se colocou de acordo com os ditames mais avançados em termos de controle social no momento da industrialização da cidade. O higienismo na cidade de Pelotas cumpriu a função de garantir a transição da forma urbana em uma cidade que havia sido núcleo de uma economia escravista e agro-exportadora e se transformou em uma cidade capitalista e industrial, mesmo que esta transição pouco tenha alterado a estrutura de poder político local.

A presença de um corpo técnico preparado nos grandes centros do País e reconhecido internacionalmente na realização dos planos de saneamento da cidade e um discurso bem elaborado de justificativa das medidas higiênicas indicam que uma parcela importante da elite pelotense estava conectada no plano das idéias com os “centros da modernidade”, além da premente necessidade de dominar o “ambiente hostil” para expansão do tecido urbano.

Também podemos observar que, apesar dos aparentes esforços para impor a ordem higiênica na cidade, muitas das obras e leis necessárias para o saneamento da mesma não foram realizadas ou cumpridas, inclusive pelos representantes da elite dominante. O que nos leva a concluir que o saneamento da cidade caracterizou-se mais por ser uma atitude dessas elites visando o controle das classes subalternas, que, realmente, um amplo e inovador processo caracterizado pelo consenso social. Essa foi, em nossa visão, uma das principais características da imposição da modernidade urbana na (à época) maior e mais importante cidade do sul do Rio Grande do Sul.

NOTAS

1. Sobre a introdução das idéias higiênicas em outras formações sociais, ver os trabalhos de Alcaide, R. La introducción y el desarrollo del higienismo en España durante el siglo XIX. Precursores, continuadores y marco legal de un proyecto científico y social. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.50, 15 de octubre de 1999, e de Bonastra, J. Higiene pública y construcción de espacio urbano en Argentina. La ciudad higiénica de La Plata. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. n.45 (28), 1 de agosto de 1999. Número extraordinario dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica - Iberoamérica ante los retos del siglo XXI (Actas del Coloquio).
2. Ver exemplos apresentados em Abreu, M. *Evolução urbana do Rio de Ja-*

- neiro. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor, 1987 (especialmente os capítulos 3 e 4), e Berman, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
3. Ver Pesavento, S. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Rioce-ll, 1985.
 4. *Pelotas Memória*. Número Especial, 1992, p.5.
 5. Uma análise da cidade nesse período está em Gutierrez, E. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre: PUCRS, 1999 (Doutorado em História do Brasil).
 6. *Correio Mercantil*, 9 de janeiro de 1881. *Pelotas Memória*, fascículo VII, 1991.
 7. Biblioteca Pública Pelotense. *Livro de actas da Câmara Municipal de Pelotas. 1874-1879*. 12 de janeiro de 1878, 19 de fevereiro de 1881 e 25 de abril de 1882.
 8. Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas, 1915.
 9. Regulamento Sanitário de Pelotas, aprovado em 18/11/1913 e ampliado em 24/9/1915 com o novo Código de Construções do Município.
 10. Município de Pelotas: Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1918.
 11. *Almanach de Pelotas*, 1927.
 12. Município de Pelotas: Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922, p.29.
 13. Município de Pelotas: Relatório da Intendência apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922, p. 86.
 14. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1922, p.5.
 15. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1916, p.10-11.
 16. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1922.
 17. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1922.
 18. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1924, p.20.
 19. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1923, p.31.
 20. Município de Pelotas: *Relatório da Diretoria de Higiene*, 1916.
 21. Município de Pelotas: *Relatório da Diretoria de Higiene*, 1916.
 22. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1922, p.4 e 5.
 23. Município de Pelotas: *Relatório da Intendência*, 1924, p.59.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar, 1987.
- ALCAIDE, R. La introducción y el desarrollo del higienismo en España durante el siglo XIX. Precursores, continuadores y marco legal de un proyecto científico y social. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n.50, 15 de octubre de 1999.

- BELL, S. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, 19-4, 399-411, oct-dic, 1993.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BONASTRA, J. Higiene pública y construcción de espacio urbano en Argentina. La cidade higiênica de La Plata. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. 45 (28), 1 de agosto de 1999. Número dedicado al I Coloquio Internacional de Geocrítica - Iberoamérica ante los retos del siglo XXI (Actas del Coloquio).
- BRITO, F. S. de. *Saneamento de Pelotas*, 1927.
- _____. *Saneamento de Pelotas. Obras completas de Saturnino de Brito*. v.XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.
- _____. *Urbanismo – traçado sanitário das cidades: estudos diversos. Obras completas de Saturnino de Brito*. v.XX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b.
- CAPEL, H. y TATJER, M. Reforma social, servicios asistenciales e higienismo en la Barcelona de fines del siglo XIX (1876-1900). *Ciudad y Territorio*, n.89, p.233-246, marzo 1991.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GUTIERREZ, E. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre, 1999. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em História PUCRS.
- OSÓRIO, F. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Officina Typográfica do Diário Popular, 1922.
- PESAVENTO, S. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.
- _____. *Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano*. (mimeo.)
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoties*. Paris: Gallimard, 1990.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Outras publicações consultadas

- Almanach de Pelotas*, 1927.
- Biblioteca Pública Pelotense. *Livro de actas da Câmara Municipal de Pelotas*. 1874-1879.
- Município de Pelotas. *Relatórios da Intendência*. Anos 1914-1924.
- Município de Pelotas. *Código de Construções e Reconstruções do Município*, 1915.
- Município de Pelotas. *Relatório da Directoria de Higiene*, 1916.
- Pelotas Memória*, fascículo VII, 1991.
- Pelotas Memória*. Número Especial, 1992.